

AUTISMO: DESAFIOS E APRENDIZAGEM

AUTISM: CHALLENGES AND LEARNING

Marlete Basílio da Silva¹

Sandra Regina Rocha Mariscal Vargas²

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurocomportamental complexa que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento. O autismo se manifesta por meio de um desenvolvimento atípico na interação social e comunicação, bem como por um repertório restrito de atividades e interesses, características que podem resultar no isolamento contínuo da criança e de sua família. De acordo com o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), uma em cada 36 crianças aos oito anos de idade é diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Estados Unidos. No Brasil, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de aula comuns é uma realidade que tem crescido significativamente. No entanto, a inclusão plena ainda enfrenta obstáculos. A matrícula é apenas o primeiro passo; garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem é fundamental. O aprendizado da criança com TEA ocorre de forma fragmentada. Isso significa que há uma fixação em partes específicas de tarefas ou situações, em vez de compreender o todo. Uma das causas para isso pode estar relacionada às alterações das funções executivas no cérebro. Além disso, a variabilidade das habilidades de cada indivíduo com TEA é extremamente frequente, de tal modo que conhecer suas forças e fraquezas é essencial para desenvolver estratégias de intervenção adequadas às necessidades específicas de cada pessoa. Existem desafios como formação inadequada de docentes, falta de adaptação de atividades, desconhecimento sobre como lidar com sintomas e até mesmo práticas ilegais, como cobrança de taxas extra na mensalidade.

Palavras-chave: Autismo. TEA. Psicopedagogia. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a complex neurobehavioral condition that impacts communication, social interaction and behavior. Autism is manifested through atypical development in social interaction and communication, as well as a restricted repertoire of activities and interests, characteristics that can result in the continued isolation of the child and their family. According to the Centers for Disease Control and Prevention (CDC), one in every 36 children by the age of eight is diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the United States. In Brazil, the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular classrooms is a reality that has grown significantly. However, full inclusion still faces obstacles. Enrollment is just the first step; ensuring access, permanence, participation and learning is

fundamental. The learning of children with ASD occurs in a fragmented way. This means there is a fixation on specific parts of tasks or situations, instead of understanding the whole. One of the causes for this may be related to changes of executive functions in the brain. Furthermore, the variability of the abilities of each individual with ASD is extremely common, so knowing their strengths and weaknesses is essential to develop intervention strategies suited to each person's specific needs. There are challenges such as inadequate teacher training, lack of adaptation of activities, lack of knowledge on how to deal with symptoms and even illegal practices, such as charging extra fees for the monthly fee.

Keywords: Autism. ASD. Psychopedagogy. Development.

1 INTRODUÇÃO

O autismo, ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurológica que afeta a comunicação, o comportamento e a interação social. A educação inclusiva visa a integrar alunos com TEA em ambientes de ensino regulares, proporcionando um aprendizado significativo e equitativo. Este trabalho busca explorar as abordagens educacionais, os desafios enfrentados e as estratégias de aprendizagem eficazes para alunos com TEA.

O Transtorno de Espectro Autista (TEA) está relacionado a uma alteração que pode ser leve, moderada ou severa no neurodesenvolvimento do indivíduo. Esse transtorno está relacionado a diversos fatores, razão pela qual ainda não existe um fator único que o origine, podendo advir de diferentes causas, sendo de natureza genética e/ou ambiental.

Dentre as dificuldades que essa alteração pode gerar, podemos destacar que sua manifestação se apresenta na dificuldade de comunicação social, no comportamento, na interação e na linguagem. Esses desafios também causam diversos prejuízos na educação da criança autista e, por se tratar de um transtorno que apenas possui diagnóstico clínico e não tem cura, a observação e a intervenção são comuns no tratamento.

Ainda existem diversas problemáticas na educação brasileira no que diz respeito a uma educação inclusiva e que atenda às necessidades do aluno, tais como o despreparo e/ou desconhecimento acerca das especificidades da criança autista. Pensando nisso, não trataremos de discutir os estágios ou tratamentos direcionados ao sujeito diagnosticado com a síndrome, mas de analisar de que maneira as intervenções psicopedagógicas conseguem ser úteis na aprendizagem do sujeito autista, não descartando os desafios e as possibilidades presentes no processo de ensino-aprendizagem.

As hipóteses que nos propomos averiguar dizem respeito a melhorias do desenvolvimento e comportamento da criança autista quando acompanhada de um profissional da psicopedagogia, tendo em vista que suas necessidades poderão ser analisadas mais cuidadosamente considerando suas limitações. Com o acompanhamento desse e de outros profissionais da educação, ainda há maior capacidade de inclusão, promovendo interação e avanços a partir da capacitação e empenho do profissional e da qualidade da sua intervenção.

São conhecidos os desafios inclusivos e as possibilidades a partir dessa junção. Também serão discutidos alguns aspectos acerca do TEA, almejando um conhecimento mais profundo e articulado com a área em que o estudo é desenvolvido.

Conforme já mencionado, ainda não existe cura para os casos de indivíduos com TEA. Dessa forma, torna-se evidente que o caminho mais viável até agora tem sido os tratamentos que variam em função de cada caso, podendo sofrer oscilações a depender do quadro clínico do sujeito e da gravidade. As intervenções multiprofissionais têm se mostrado um procedimento satisfatório, sobretudo considerando as poucas descobertas na área de estudo e compreensão do transtorno. Portanto, é necessário pensar acerca das impossibilidades que esse público enfrenta, majoritariamente apresentando algum tipo de deficiência intelectual, ressaltando a importância de um profissional qualificado para lidar com tal aspecto, neste caso, o psicopedagogo.

Este trabalho encontra-se guiado sob a luz da metodologia bibliográfica de pesquisa e amparado em uma perspectiva qualitativa. Optou-se pelo uso de estudos relevantes e estritamente ligados ao referencial temático. De acordo com Pizzane *et al.* (2012), a pesquisa bibliográfica é uma revisão minuciosa das literaturas acerca das mais relevantes teorias que norteiam o trabalho científico. Portanto, este trabalho busca se utilizar de estudos vinculados à área e tema para alicerçar uma nova discussão sobre a psicopedagogia e o autismo.

2 APORTE TEÓRICO

2.1 ENTENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ao tratarmos do Transtorno do Espectro Autista (TEA), já encontramos subsídios e amparo legal na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a qual garante, em seu parágrafo

único, que “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (Brasil, 2012). A referida Lei ainda prevê o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, dentre outros serviços. Diante disso, é possível constatar que o sujeito autista possui amparo legal para que sua inclusão seja efetivada, reconhecendo suas necessidades e garantindo que seja devidamente assistido em suas limitações.

A Declaração de Salamanca, documento elaborado na Espanha em 1994, também trouxe grandes contribuições para que se efetivasse a inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais. A resolução traz princípios e políticas para essas pessoas, reforçando seus direitos na educação e assegurando educação de qualidade como direito de todos.

A inclusão escolar da criança com TEA deve ser assistida e orientada por diferentes profissionais que irão assegurar uma metodologia, tratamento e vivência mais adequados. O psicopedagogo é um dos profissionais responsáveis por esse acompanhamento. A inclusão da criança na escola possibilita inúmeras vantagens no seu desenvolvimento, conforme demonstra Menezes (2016), que menciona ganhos na socialização, autonomia, redução de rejeição e aprendizagem.

Para que se possa melhor entender o transtorno que nos propusemos a discutir, é necessário que vejamos alguns conceitos acerca do termo. Para Bosa (2006, p. 48), o autismo é classificado como “um transtorno invasivo do desenvolvimento que envolve graves dificuldades ao longo da vida”. O autismo está relacionado a diversos problemas e dificuldades de diferentes naturezas, como as habilidades sociais e comunicativas. A socialização passa a ser comprometida devido à pouca ou nenhuma interação, à incompreensão, ao comportamento e às limitações comunicativas. Esses e outros aspectos causam prejuízos no desenvolvimento e limitações que podem ou não ser reparáveis a partir de intervenções.

Para Assumpção (2000, p. 39), o autismo corresponde a:

um quadro de extrema complexidade que exige que abordagens multidisciplinares sejam efetivadas visando-se não somente a questão educacional e da socialização, mas principalmente a questão médica e a tentativa de estabelecer etiologias e quadros clínicos bem definidos.

No que se refere ao histórico do autismo, podemos atribuir ao psiquiatra austríaco Leo Kanner considerável parcela dos conhecimentos hoje discutidos. Apesar das diferentes fases de

conhecimento e identificação do termo e da etiologia do transtorno, isto é, das causas e origens, hoje é possível discutir de maneira mais consciente sobre diversos aspectos como a epidemiologia, diagnóstico, tratamento, desenvolvimento.

Inicialmente, o TEA passou por diferentes fases; na primeira delas, os sinais apresentados pelo paciente eram concebidos sob a ótica de Kanner (1956 *apud* Assumpção, 2000, p. 37), a partir de uma perspectiva de “psicose”, o que estava relacionado ao fato de que nenhum exame laboratorial conseguiu identificar a origem dos sintomas. Quase vinte anos depois, houve uma modificação, iniciando-se forte discussão sobre a relação do transtorno a uma linha cognitiva, passando a percebê-lo como distúrbio do desenvolvimento (Assumpção, 2000).

O aparecimento do autismo pode acontecer nos primeiros meses de vida da criança, entretanto esses sintomas podem ser evidentes apenas a partir dos três anos. Dentre os sintomas que podem surgir, Cunha (2017) menciona a insatisfação nos sinais sociais, comunicativos e a ausência de correspondência afetiva. Não só a linguagem falada, mas as expressões faciais, corporais e gestos comunicativos são pouco desenvolvidos pela criança, sendo quase inexistentes, visto que a criança não consegue atribuir nenhum valor simbólico a eles (Cunha, 2017). Por esse motivo, um dos maiores prejuízos causados pelo TEA se refere à comunicação, o que, além de impossibilitar a troca comunicativa, mantém o sujeito em uma realidade isolada e, na maior parte do tempo, incompreensível para muitos, podendo ser julgada e mal interpretada.

Em alusão a essa mesma afirmação, Assumpção (2000) considera pequeno o número de crianças autistas que possuem inteligência normal, o que confirma que o autismo está relacionado a um *déficit*. Para que se possa melhor compreender esse fenômeno, o autor esclarece que o déficit é “a capacidade de metarepresentação; e essa capacidade de metarepresentação é necessária nos padrões simbólicos e pragmáticos” (Assumpção, 2000, p. 38).

Pode-se, portanto, evidenciar ainda mais a complexidade do quadro artístico quando pensamos nos diversos outros transtornos que apresentam sintomas semelhantes. Os comportamentos e anormalidades se diferem, dificultando que se possa encontrar um perfil específico que auxilie no diagnóstico. Porém, é pertinente afirmar que o autismo ocorre nos primeiros meses de vida da criança, o que também interfere quando pensamos em um diagnóstico mais precoce. Nessa fase, é comum que a criança ainda não desenvolva a linguagem ou que a sua socialização seja mais limitada aos pais, dificultando ainda mais o diagnóstico. As variações

sintomáticas dependem de diferentes fatores como o nível e a idade cronológica do sujeito (Cunha, 2017).

Cada aluno com TEA possui um conjunto único de habilidades, interesses e desafios, sendo, portanto, fundamental analisar a abordagem Educacional, que deve ser centrada na individualização e na flexibilidade. Cada aluno com TEA possui um conjunto único de habilidades, interesses e desafios. Deve-se realizar uma avaliação detalhada para entender as necessidades específicas de cada aluno. Sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), entendemos que deve ser desenvolvido um PEI que inclua metas específicas, estratégias de ensino e acomodações necessárias. Quanto ao Ambiente de Aprendizagem, deve-se criar um ambiente previsível e estruturado, com rotinas claras e suporte visual. Há alguns desafios que podem ser incluídos na comunicação na interação social; muitos alunos com TEA têm dificuldades de comunicação verbal e não verbal. É essencial utilizar ferramentas de comunicação alternativas, como figuras, gestos e tecnologia assistiva. Sobre a Interação Social, sabemos que alunos com TEA podem ter dificuldade em entender normas sociais e interações interpessoais. Também entendemos que Programas de habilidades sociais e atividades em grupo podem ser benéficos; comportamentos repetitivos e interesse restrito são comuns e Estratégias de manejo comportamental e intervenções baseadas em reforço positivo são eficazes.

2.2 A PSICOPEDAGOGIA COMO POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO E APRENDIZAGEM

A família é muito relevante na aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na medida em que, além de suprir a carência de repertório de conhecimento, a envolve no meio para desenvolver suas capacidades cognitivas, necessárias à qualidade de vida. Entretanto, quando falamos de família, compreendemos como todos em seu entorno (pai, mãe, irmãos, avós, tios, primos entre outros) que apoiem e tenham cuidado para um fim comum: o desenvolvimento intelectual e o espaço de relações afetivas e escolar. Segundo Sprovieri e Assumpção Júnior (2001), a criança com TEA impacta profundamente a família, levando seus membros a experimentar situações e ocorrências manifestas e imaginárias, considerando que o conjunto de sintomas impõe ao núcleo familiar rupturas na sensação normal de vida, transformando o clima afetivo e emocional.

Portanto, a colaboração da família no processo de ensino-aprendizagem da criança com TEA é essencial, pois ela é dotada de capacidades, precisa de apoio, convívio sociocultural e afetivo para perceber o mundo escolar, psicológico, cultural. Nesse sentido, a família é um dos maiores colaboradores na educação inclusiva e na busca de melhores ações para o desenvolvimento.

Existem importantes agentes que podem e fazem a mudança acontecer na vida da criança autista. Pode-se mencionar primeiramente a família, que, ao reconhecer as dificuldades sociais, interacionais e de aprendizagem, pode buscar apoio em profissionais que realmente saibam como nortear e traçar o caminho mais conveniente a ser percorrido. Infelizmente, existem famílias que desconhecem esse transtorno e não dão a importância necessária ao sujeito, enxergando suas ações meramente como birra. Logo, é possível enxergar a importância do conhecimento, aceitação, carinho e flexibilidade da família no processo de inclusão.

Nessa mesma visão, Menezes, Machado e Smeha (2015, p. 5) demonstram a importância do educador nesse processo, reafirmando que seu papel contribui para que sejam desmistificados alguns preconceitos e reduzidas convicções distorcidas acerca da criança autista.

Outros agentes são a sociedade e a escola, que também devem reconhecer e inserir esse sujeito nas suas atividades não apenas em uma tentativa natural, mas para garantir que as condições de vivência, relações, aprendizagem, acessibilidade e acompanhamento lhe sejam garantidas. Para que a inclusão seja efetivada, a qualificação e os agentes institucionais, como escola e professores, são igualmente importantes no processo (Cacciari; Lima; Bernardi, 2005). Outros estudos também demonstram que a competência social da criança com autismo pode ser desenvolvida, devendo-se considerar, porém, fatores como a escola, a qualificação, o amparo e a valorização do trabalho (Camargo; Bosa, 2009).

De igual peso, ainda é válido ressaltar o nosso principal objeto investigativo: o psicopedagogo, cuja formação é, de certa forma, atravessada por diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, a pedagogia, a filosofia e psicanálise (Mendes, 2010). Dessa forma, a psicopedagogia é um saber interdisciplinar, o que pressupõe que estamos lidando com mais de uma área, ou seja, com a ligação entre elas.

O código de Ética da Psicopedagogia apresenta os seguintes objetivos para a atividade psicopedagógica:

a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social; b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem; c) realizar pesquisas científicas no campo da psicopedagogia; d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem (Brasil, 2011, p. 1).

O principal objetivo do psicopedagogo e atendimento educacional especializado deve residir na tentativa de reduzir as dificuldades e limitações e, dessa forma, potencializar as habilidades da criança autista. Sua intervenção deve estar pautada na necessidade específica do sujeito, analisando e delineando um tratamento e uma metodologia que pode ser seguida (Menezes; Machado; Smeha, 2015). O psicopedagogo é responsável pela importante tarefa de identificar as dificuldades da criança autista, auxiliando de forma conjunta no planejamento e orientando o professor (Bertoldi; Brzozowsk, 2020).

Após a identificação de um problema, ou seja, de uma necessidade, a reflexão também é uma etapa necessária durante o processo. Dessa forma, é possível pensar em estratégias e meios didáticos pensados para cada caso especificamente. É comum que uma abordagem adotada para um aluno não seja eficaz em outro caso, tendo em vista que precisam ser considerados diversos aspectos que influenciam o processo, devendo-se pensar o sujeito e ser social, cultural, político, bem como o seu contexto familiar e o seu transtorno. Este é um fato de inquestionável importância.

Souza e Souza (2018) mencionam uma problemática que surge dentro no contexto escolar e que está relacionada ao fato de que muitas vezes as individualidades do sujeito com dificuldades de aprendizagem são desconsideradas, não se respeitando seus diferentes ritmos ou limitações. É nesse contexto que emerge a hipótese de que o psicopedagogo busca garantir que os entraves na aprendizagem do sujeito sejam cuidados por alguém que de fato compreenda suas dificuldades, normalidades e limitações decorrentes da sua patologia.

Nesse sentido, se faz necessário pensar sobre as práticas que podem ser implementadas possibilitando facilidade no momento da inclusão. Bertoldi e Brzozowski (2020) ressaltam práticas psicopedagógicas que podem ser aplicadas com estudantes autistas, a saber: a adaptação dos materiais, a atenção individual, a adaptação de conteúdos que estejam ligadas aos interesses do sujeito autista e o conhecimento do indivíduo. Nessa perspectiva, considera-se que a acomodação da criança é um dos principais aspectos a serem considerados na inclusão, levando em conta os seus interesses, seus gostos, suas habilidades mais comuns e os seus obstáculos.

A mediação psicopedagógica também pode ser analisada sob alguns critérios, conforme destaca Cunha (2017). O primeiro deles diz respeito à intencionalidade que deve ser percebida tanto pelo profissional quanto pelo aluno. A intencionalidade está relacionada à interação entre o mediador e o mediado; em outras palavras, pode-se relacionar a pretensão, a observação dos estímulos, isto é, ao intento da intervenção.

Em segundo lugar, fala-se da reciprocidade. O vínculo que a criança estabelece com o profissional poderá determinar, em grande medida, o sucesso do processo de inclusão e aperfeiçoamento. Dessa maneira, a cooperação, o envolvimento e a troca tornam-se sentimentos imprescindíveis nesse processo para que sejam estabelecidas relações de confiança e reciprocidade.

Quanto ao terceiro critério, o autor menciona a importância do significado, ou seja, um sentido ou significação, seja em uma atividade ou em uma prática. Dessa forma, o mediador acrescentará na formação social e interior do sujeito exemplificando por meio do dito, do feito e do realizável a partir de uma significação que faça sentido ao sujeito autista. Por fim, Cunha (2017) também menciona o critério da transcendência, que ocorre geralmente quando uma ação perpassa e vai além daquele momento específico, possibilitando a adoção de métodos, princípios e conceitos. Dessa forma, é possível desenvolver habilidades autônomas e aptidões fundamentais ao seu progresso.

Dessa forma, a prática psicopedagógica pode ser enxergada sob a ótica da mediação, ocupando-se de tarefas e estratégias que visam a direcionar o complexo trabalho de atendimento e inclusão dessa criança na sociedade e na escola mediando um processo de assessoramento e assistência.

Antes de tudo, a intervenção psicopedagógica, especificamente nos casos de TEA, é uma interminável tarefa de análise e reavaliação. Não basta que os obstáculos sejam identificados e que uma estratégia didática seja elaborada: é necessária uma reflexão sobre a forma como é conduzida e os resultados alcançados:

A partir do diagnóstico psicopedagógico será possível identificar os obstáculos do desenvolvimento do processo de aprendizagem através de técnicas específicas de análise do discurso, das atitudes, da codificação de sintomas, da psicossomática da aprendizagem, da avaliação das intervenções, de suas variáveis, num processo constante de reavaliação dos mesmos em processos que não terminam (Silveira, 2019, p. 126).

Em suma, pode-se sintetizar que a psicopedagogia desenvolve orientação a professores e alunos por meio da observação e das estratégias elaboradas para melhor atender e desenvolver as especificidades da criança que necessita adaptar-se. A convivência que pode ser estimulada na escola deve ser mediada pelo profissional cujo principal objetivo é entender as questões da aprendizagem e identificar as dificuldades e situações que interferem no processo, garantindo que a educação chegue a todos por meio do processo inclusivo.

3 CONCLUSÃO

A pretensão do nosso estudo não reside em esgotar a discussão suscitada, mas em trazer de forma simples algumas relevantes considerações sobre o sujeito autista e, de forma abrangente, a contribuição do campo da psicopedagogia no desenvolvimento da criança com TEA. Em vista disso, os objetivos previamente propostos foram alcançados, apesar de reconhecermos a importância da constante pesquisa na área do transtorno e da psicopedagogia, tendo em vista a difícil compreensão de alguns aspectos que até hoje ainda são desconhecidos.

O acompanhamento psicopedagógico de forma ativa e constante na vida da criança com TEA é uma atividade essencialmente rica para o desenvolvimento das aptidões e no processo inclusivo da criança. Havendo trabalho estratégico e com intencionalidade educativa e inclusiva, os resultados podem contribuir positivamente tanto para o caso quanto para estudos que certamente outros profissionais realizarão direcionando suas práticas.

Verificamos que o psicopedagogo sozinho não é suficiente para que sejam alcançados bons resultados no desenvolvimento da criança com TEA: há outros importantes agentes que facilitam e auxiliam uma experiência mais saudável e, quando trabalham de forma articulada podem obter melhores e maiores resultados no processo, como, por exemplo, a família, a escola, a sociedade e o governo, de onde se originam as políticas e maiores ações que direcionam o processo.

O transtorno global no desenvolvimento do sujeito autista é caracterizado pelas dificuldades nas interações sociais, no comportamento (muitas vezes incomum) e na comunicação, podendo apresentar-se de diferentes maneiras. Esses sintomas são responsáveis, em grande parte, pela marginalização desse sujeito, uma vez que suas funções estão comprometidas e a sua relação com

o outro é de estranheza, visto que sua compreensão de mundo apresenta limitações. O psicopedagogo, numa atuação interventora, pode contribuir para que os estigmas e preconceitos sejam desmistificados ou simplesmente que suas limitações sejam compreendidas, cooperando no quadro de mudanças e percepção do público externo e operando melhorias na qualidade de vida do sujeito autista.

O profissional da psicopedagogia no processo de desenvolvimento da criança autista pode ser percebido como o principal agente de inclusão social e educacional da criança. A partir dessa orientação, é possível desenvolver a interação, a comunicação e a vivência, fornecendo ferramentas que certamente garantem resultados positivos. A psicopedagogia, com a colaboração dos demais agentes necessários em cada caso, faculta esperança, oportunidade e garantias de uma vivência melhor e mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

- APA. Associação Psiquiátrica Americana. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV)**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BORGES, R. M. R.; BASSO, N. R. S; ROCHA FILHO, J. B. **Proposta interativa na educação científica e tecnológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BOSA, C. A. As Relações entre Autismo, Comportamento Social e Função Executiva. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 2, p. 281-287, 2001.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Institui as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Walk Editora- 7 ed. Rio de Janeiro. 2017.

MENDES, L. A. **A importância do psicopedagogo na escola**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Caçador-SC, 2010.

MENEZES, Gabriela Bassotto; MACHADO, Louise da Silveira Pedrotti; SMEHA, Luciane Najar. A atuação psicopedagógica diante do processo de aprendizagem de crianças com autismo. **Disciplinarum Scientia Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. 1-11, 2015.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SPENCER, Eric. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. 2a ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SILVEIRA, Rafael da. O que faz um psicopedagogo institucional? **Revista Práxis Pedagógica**, v. 2, n. 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/119/pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.